

Varia. Artigos/Articles/Artículos

O Punk Como Espaço Público Alternativo: Uma Análise Teórica

Punk as an Alternative Public Space: A Theoretical Analysis**El Punk Como Espacio Público Alternativo: Un Análisis Teórico**Diana Choi Loureiro * • Universidade Lusófona, Porto, Portugal • diana.c.loureiro@hotmail.com <https://orcid.org/0009-0006-6948-4981>

Resumo A partir das teorias de Habermas, Fraser, Taylor, Arendt, Brighenti e Honneth, investigam-se as dinâmicas de pluralidade, comunicação e resistência no contexto dos espaços públicos alternativos. A análise traça a evolução do conceito de espaço público, desde o modelo habermasiano até à pluralização das esferas públicas alternativas, para explorar como este conceito se manifesta no punk enquanto forma de contestação cultural e política. O movimento punk é analisado como um espaço público alternativo que questiona normas hegemónicas e oferece uma plataforma para a visibilidade e o reconhecimento de identidades marginalizadas. Ao destacar as suas práticas discursivas e estéticas, o estudo reflete sobre o papel do punk enquanto espaço onde se articulam resistências às estruturas de poder e se promovem novas formas de participação social.

Palavras-chave: Punk, Esfera Pública Alternativa, Resistência Cultural.

Abstract Based on the theories of Habermas, Fraser, Taylor, Arendt, Brighenti, and Honneth, this study examines the dynamics of plurality, communication, and resistance in the context of alternative public spaces. The analysis traces the evolution of the public space concept, from the Habermasian model to the pluralization of alternative public spheres, to explore how this concept manifests in punk as a form of cultural and political contestation. The punk movement is analyzed as an alternative public space that challenges hegemonic norms and provides a platform for the visibility and recognition of marginalized identities. By highlighting its discursive and aesthetic practices, the study reflects on the role of punk as a space where resistances to power structures are articulated and new forms of social participation are promoted.

Keywords: Punk, Alternative Public Sphere, Cultural Resistance.

Resumen A partir de las teorías de Habermas, Fraser, Taylor, Arendt, Brighenti y Honneth, se investigan las dinámicas de pluralidad, comunicación y resistencia en el contexto de espacios públicos alternativos. El análisis rastrea la evolución del concepto de espacio público, desde el modelo habermasiano hasta la pluralización de esferas públicas alternativas, para explorar cómo este concepto se manifiesta en el punk como una forma de contestación cultural y política. Se analiza el movimiento punk como un espacio público alternativo que cuestiona las normas hegemónicas y ofrece una plataforma para la visibilidad y el reconocimiento de identidades marginadas. Al resaltar sus prácticas discursivas y estéticas, el estudio reflexiona sobre el papel del punk como espacio donde se ar-

* **Nota Biográfica:** Diana Choi Loureiro é licenciada em Ciências da Comunicação, com especialização em comunicação e jornalismo. Durante o seu Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias na Universidade Lusófona, desenvolveu um projeto que envolveu a criação de um protótipo de uma plataforma para mapear os

espaços punk na cidade do Porto, Portugal, de 1984 a 2024. Atualmente, é doutoranda em Comunicação e Ativismos na mesma universidade. Os seus interesses académicos abrangem a comunicação, o punk, o ativismo, o feminismo e os *media* digitais.

SOPCOM
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**Rev
Com**

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025012, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da
Comunicação,
Portugal

ISSN-E: 2182-4037

ISSN-L: 2182-4037

diretorcomunicando@sopcom.pt

Recepción: 13 Marzo 2025

Aprobación: 27 Junio 2025

Publicación: 15 Octubre 2025

ticula la resistencia a las estructuras de poder y se promueven nuevas formas de participación social.

Palabras clave: Punk, Esfera pública alternativa, Resistencia cultural.

1. Introdução

O conceito de espaço público é fundamental para compreender as dinâmicas de participação e contestação nas sociedades contemporâneas. Desde a formulação inicial de Jürgen Habermas (1989), que concebeu a esfera pública burguesa como um espaço de mediação racional entre a sociedade civil e o Estado, até às críticas e revisões propostas por autores como Nancy Fraser (1990) e Charles Taylor (2006; 2010), o espaço público tem sido analisado como uma arena onde discursos se formam, conflitos emergem e visões de mundo são negociadas. Contudo, as transformações sociais e culturais evidenciaram as limitações do modelo habermasiano, apontando para a fragmentação e pluralidade das esferas públicas, bem como para a emergência de espaços alternativos criados por grupos marginalizados.

Neste enquadramento, o punk emerge enquanto movimento cultural e político que desafia normas hegemónicas e se apresenta como um exemplo de espaço público alternativo. Com práticas discursivas e estéticas não convencionais — como música, fanzines, performances e a estética *do it yourself* (DIY) —, o punk articula uma crítica ao *status quo* e promove formas únicas de resistência cultural. A partir deste contexto, este estudo procura responder às seguintes questões de investigação: de que forma o movimento punk pode ser compreendido como um espaço público alternativo à luz das teorias de Habermas, Fraser e Taylor? E quais são as dinâmicas de pluralidade, visibilidade e reconhecimento que caracterizam o punk enquanto arena de contestação cultural e política?

Dividido em duas partes principais, o estudo apresenta, numa primeira secção, as bases teóricas do conceito de espaço público, explorando a evolução da ideia desde a esfera pública burguesa até à pluralização das esferas públicas alternativas. São abordadas as contribuições de Habermas (1989; 1992), Fraser (1990) e Taylor (2006; 2010), complementadas pelas reflexões de Arendt (1958), Brighenti (2010) e Honneth (1995) sobre visibilidade e reconhecimento. Numa segunda secção, o trabalho aplica este quadro teórico ao movimento punk, examinando as suas práticas discursivas e estéticas enquanto elementos constitutivos de um espaço público alternativo e plural.

2. Do Espaço Público aos Espaços Públicos Alternativos

2.1. Teorias do Espaço Público

O conceito de espaço público, delineado por Habermas na sua obra seminal de 1962, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, posteriormente traduzida para inglês como *The Structural Transformation of the Public Sphere* em 1989, constitui um referencial indispensável

para a compreensão das interações entre a sociedade civil e o Estado nas democracias modernas. Habermas (1989) conceptualizou a esfera pública como um espaço mediador, onde indivíduos privados se juntam para debater assuntos de interesse público, fundamentando as suas opiniões no exercício da razão argumentativa. Este modelo normativo, ancorado na racionalidade crítica e inspirado pelo ideal iluminista de publicidade kantiana, postulava que "o espaço público é o lugar de formação das opiniões e vontades políticas, que garante a legitimidade do poder" (Habermas, 1989, p. 49). Todavia, a esfera pública habermasiana revela-se histórica e contextualmente localizada, tendo emergido no seio da sociedade burguesa dos séculos XVII e XVIII, profundamente marcada por exclusões de classe, género e propriedade.

Calhoun (1992) sublinha que o modelo de esfera pública de Habermas encerra simultaneamente um ideal normativo e uma construção histórica permeada por tensões e contradições. Embora Habermas (1989) tenha enaltecido o potencial emancipatório da esfera pública, Calhoun (1992) observa que esta foi estruturada como um espaço de exclusividade, dominado por uma elite instruída e proprietária. Tal configuração comprometeu a universalidade pretendida, gerando o que Calhoun (1992) designa como uma "contradição entre o ideal normativo de inclusão e a realidade de exclusão" (p. 3). Apesar dessas limitações, o modelo normativo de Habermas mantém-se relevante enquanto referência crítica para abordar os desafios contemporâneos da esfera pública.

Um dos pilares fundamentais da teoria habermasiana reside na ênfase dada ao debate racional-crítico como mecanismo de formação da opinião pública. Para Habermas (1989), a primazia do argumento — em detrimento do estatuto social ou económico dos participantes — deveria constituir o critério determinante nos processos deliberativos. Este foco na racionalidade comunicativa reflete o compromisso com o ideal iluminista, no qual o uso público da razão é imprescindível para legitimar decisões políticas e garantir a autonomia dos cidadãos. Contudo, esta característica normativa entra frequentemente em confronto com desigualdades estruturais que restringem a participação efetiva, uma crítica levantada por autores como Calhoun (1992).

Outro elemento central é o princípio da publicidade crítica, herança da tradição kantiana e intrínseco ao modelo de Habermas (1989). Este princípio estipula que as opiniões e decisões devem ser tornadas públicas, permitindo o escrutínio e a avaliação coletivos. Tal publicidade crítica contrasta com as formas modernas de publicidade manipulativa, em que os meios de comunicação de massas frequentemente obscurecem o debate público em favor de interesses privados ou estratégias de marketing político. Este fenómeno, identificado por Habermas (1989) como a "refeudaliza-

ção” do espaço público, constitui uma ameaça à sua função democrática.

Dewey (1929) acrescenta uma perspectiva pragmática à teoria habermasiana, ao destacar a comunicação como o principal mecanismo de formação de associações sociais e ação coletiva. Para Dewey (1929) “a comunicação é o processo pelo qual eventos se tornam objetos de significado, sendo referenciados e reinterpretados em contextos sociais mais amplos” (p. 166). Esta visão complementa a publicidade crítica de Habermas (1989), sublinhando que o valor do debate público não reside apenas no argumento racional, mas também na capacidade de moldar significados parciais e promover a coesão social.

Dewey (1929) enfatiza ainda que “a linguagem, como o instrumento dos instrumentos, é a mãe de todo significado” (p. 186), evidenciando o seu papel enquanto base da comunicação democrática. Esta abordagem ressoa com as contribuições de Babo (2002), que argumenta que as tecnologias de comunicação contemporâneas expandiram o alcance e a pluralidade dos espaços públicos, criando “uma rede de redes” que facilita interações entre esferas públicas locais, regionais e subculturais (p. 105).

A revisão subsequente de Habermas reflete uma resposta às críticas e transformações sociais. No prefácio incluído na edição de 1992 da sua obra, o autor reconheceu que, nas sociedades contemporâneas, a esfera pública não é única, mas sim plural. Habermas (1992) admite que “a unidade da esfera pública é uma construção ideal; na realidade, ela fragmenta-se numa pluralidade de esferas públicas parciais, frequentemente organizadas em torno de interesses específicos” (p. xvii). Esta pluralidade reflete as complexidades impostas pela globalização, pela mediatização e pelo surgimento de subculturas, que desafiam o modelo unitário inicial.

A análise de Calhoun (1992) sobre a degeneração do discurso público é igualmente crucial para compreender os desafios contemporâneos, tendo em conta que o advento das sociedades de massa e da mediação tecnológica transformou o debate crítico em consumo passivo de informação: “a expansão do acesso às esferas públicas trouxe consigo uma degeneração no discurso, transformando a crítica em espetáculo” (p. 7). Este fenómeno ilustra uma tensão central, pois se, por um lado, a pluralização das esferas públicas aumenta as possibilidades de participação; por outro, esta também fragmenta o espaço público e compromete a formação de consensos racionais.

A articulação entre as perspectivas de Habermas (1989; 1992), Dewey (1929) e Calhoun (1992) contribui para uma compreensão mais alargada da dinâmica dos espaços públicos contemporâneos. Ao destacar a pluralidade, a interligação entre diferentes arenas discursivas e o papel estruturante da comunicação, estas

abordagens permitem refletir sobre os modos como a esfera pública se reorganiza em contextos sociais marcados pela complexidade e pela mediação tecnológica.

2.2. Espaços Públicos Alternativos

O conceito de contra-espços públicos, amplamente debatido por Fraser (1990), emerge como uma crítica contundente ao modelo normativo da esfera pública burguesa formulado por Habermas (1989). Fraser (1990) argumenta que, em sociedades estratificadas, o espaço público não pode ser concebido como singular e homogêneo, mas sim como uma constelação de contra-públicos subalternos, criada por grupos marginalizados para contestar as normas hegemônicas e articular resistências. Este enquadramento é particularmente relevante para compreender os mecanismos de contestação cultural e política que desafiam estruturas de poder excludentes.

Por sua vez, Taylor (2006) complementa esta perspectiva ao introduzir o conceito de imaginários sociais, descritos como estruturas subjacentes que moldam as práticas coletivas e a forma como as esferas públicas funcionam, argumentando que “o imaginário social moderno é o pano de fundo onde as práticas coletivas ganham sentido e onde as dinâmicas das esferas públicas se tornam possíveis” (p. 35). Esta abordagem permite estabelecer uma ligação entre as práticas discursivas das esferas públicas alternativas e as compreensões culturais e históricas que as sustentam, reforçando a ideia de que a criação de espaços públicos alternativos está intrinsecamente ligada às condições socioculturais de cada contexto.

Adicionalmente, Taylor (2010) diferencia ainda entre os espaços públicos “tópicos” e “metatópicos”. Para o autor, os espaços tópicos são arenas localizadas, enraizadas em práticas discursivas específicas e delimitadas por contextos sociais concretos. Por outro lado, os espaços metatópicos transcendem os limites locais, funcionando como redes de interligação entre diferentes comunidades num âmbito mais amplo de circulação de ideias. Taylor (2010) observa que “a esfera pública moderna é composta por múltiplos espaços tópicos que, articulados por um imaginário social compartilhado, se conectam num espaço metatópico mais amplo” (p. 9). Este modelo é particularmente útil para analisar a articulação entre o local e o global, característica de muitos movimentos culturais e políticos contemporâneos, incluindo o punk.

Fraser (1990) enriquece esta análise ao destacar o papel dos contra-espços públicos como laboratórios de inovação discursiva e incubadoras de novas formas de pensamento. Estas esferas não apenas proporcionam refúgio para práticas discursivas divergentes, mas também constituem espaços onde narrativas con-

tra-hegemônicas são formuladas e refinadas para desafiar a hegemonia das esferas públicas maioritárias. Esta visão sublinha a função essencial das esferas públicas alternativas enquanto veículos de transformação cultural e política, capazes de promover agendas de resistência e inclusão.

A relação entre os espaços tópicos e metatópicos proposta por Taylor (2010) fornece uma estrutura para mitigar os riscos identificados por Fraser (1990), como a fragmentação excessiva ou a criação de “guetos discursivos”, nos quais ideias circulam de forma isolada, sem interagir com as esferas dominantes. Para Taylor (2006), “a interação entre espaços locais e amplos, sustentada por um imaginário social dinâmico, é essencial para a coesão democrática” (p. 47). Assim, a articulação entre práticas discursivas locais e redes globais torna-se crucial para garantir que os espaços públicos alternativos possam transcender barreiras contextuais e contribuir para dinâmicas de mudança social mais abrangentes.

2.3. Comunicação, Visibilidade e Ação Coletiva

Arendt (1958) apresenta uma conceptualização fundamental do espaço público como o domínio onde os indivíduos se tornam plenamente humanos através da ação e do discurso. Para Arendt (1958), o espaço público é o local onde as pessoas “se relacionam entre si em palavras e atos, revelando quem são na sua singularidade” (p. 182). Este processo de revelação não se limita à expressão de opiniões ou vontades; trata-se de uma manifestação da pluralidade humana, na qual cada indivíduo se apresenta enquanto ser único e, simultaneamente, interdependente. A ação, como sublinha Arendt (1958), é inerentemente coletiva, pois “ninguém pode ser um agente em total isolamento” (p. 188). Assim, o espaço público é concebido pela autora como um mundo compartilhado, sustentado pela interação visível entre os indivíduos, sendo a visibilidade uma condição essencial para a política e a comunicação.

Brighenti (2010) complementa a visão arendtiana ao aprofundar a relação entre visibilidade e poder, argumentando que “a visibilidade não é algo dado, mas uma construção social que estabelece quem pode aparecer, como aparece e com quais consequências” (p. 474). Este conceito é crucial para compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão no espaço público, uma vez que a visibilidade pode amplificar vozes marginalizadas ou, inversamente, reforçar relações de poder ao suprimir determinadas presenças. Brighenti (2010) identifica três regimes principais de visibilidade: o reconhecimento, o controlo e o espetáculo, cada um desempenhando um papel distinto na configuração das interações sociais e no acesso ao espaço público. A visibilidade do reconhecimento está associada à afirmação de identidades e à luta pelo direito de participar no espaço público. Para Brighenti (2010),

o reconhecimento legitima a presença de indivíduos e grupos, permitindo-lhes articular narrativas e reivindicar direitos. No contexto de movimentos sociais, reflete a capacidade de transformar a invisibilidade em visibilidade política. Por outro lado, a visibilidade do controlo está intimamente ligada às estruturas de vigilância e poder, sendo utilizada como instrumento de restrição da autonomia dos indivíduos e grupos, que se tornam objetos de escrutínio. Este fenómeno é evidente em contextos onde práticas culturais alternativas são monitorizadas ou reprimidas, comprometendo a sua capacidade de se expressar livremente. Já a visibilidade do espetáculo é mediada pela atração e pelo impacto visual, frequentemente mobilizada para capturar a atenção do público. Embora possa servir como ferramenta de comunicação política, Brighenti (2010) adverte que há o risco de reduzir questões complexas a representações superficiais, esvaziando o seu potencial crítico.

Na sua teoria da luta por reconhecimento, Honneth (1995) oferece uma perspetiva complementar ao enfatizar que o reconhecimento é uma condição fundamental para a autorrealização e a inclusão social. Tendo em conta que “ser visível e reconhecido é essencial para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva” (Honneth, 1995, p. 92), a invisibilidade muitas vezes imposta a grupos marginalizados constitui uma forma de desrespeito que compromete não apenas os direitos dos indivíduos, mas também a sua dignidade. Este desrespeito motiva movimentos sociais a reivindicarem o reconhecimento no espaço público, lutando por uma visibilidade que legitime as suas reivindicações (Honneth, 1995).

Estas perspetivas oferecem um quadro analítico robusto para compreender como a comunicação e a visibilidade estruturam as interações no espaço público, enquanto sublinham que a visibilidade não é apenas um atributo funcional da esfera pública, mas uma dimensão profundamente política, que tanto possibilita a emancipação quanto perpetua exclusões. Esta dualidade é particularmente evidente em movimentos culturais como o punk, onde a comunicação e a visibilidade operam simultaneamente como ferramentas de resistência e objetos de disputa.

3. O Punk Como Espaço Público Alternativo

Mais do que um fenómeno musical ou estético, o punk constitui-se como uma esfera pública alternativa, onde práticas discursivas e culturais são mobilizadas em oposição às normas dominantes. Este movimento é caracterizado pela capacidade de articular resistências através de formas de expressão que desafiam convenções sociais e políticas. Tal como argumenta Jones (2018), “o punk cria a sua própria esfera pública ao rejeitar as normas dominan-

tes e construir um espaço onde práticas discursivas e culturais podem florescer livremente” (p. 56). Este espaço público alternativo não apenas questiona estruturas hegemônicas, mas também promove a construção de novas formas de visibilidade e reconhecimento, refletindo as dinâmicas de pluralidade e contestação discutidas anteriormente.

Em Portugal, o punk surgiu quase simultaneamente às cenas britânica e norte-americana, impulsionado pelo clima de liberdade após a revolução de abril de 1974. Inicialmente associado à contestação estética e artística, ganhou força na década de 1980 como um movimento urbano que combinava música, moda e modos de vida alternativos, especialmente em Lisboa. Nas décadas seguintes, expandiu-se territorialmente e politizou-se, incorporando causas como o veganismo, o antirracismo e os movimentos de ocupação. Nas décadas de 1990 e 2000, o punk consolidou-se como um estilo de vida e uma prática quotidiana de resistência, mesmo entre quem não se identifica com a música punk. Atualmente, continua relevante como forma de crítica ao sistema, reclamando espaços urbanos e propondo modelos alternativos de sociabilidade, organização e sobrevivência (Guerra, 2014).

Com base nas discussões teóricas apresentadas na secção anterior, esta secção propõe explorar o punk enquanto esfera pública alternativa. Serão analisadas as suas práticas discursivas, estéticas e políticas à luz das teorias de Habermas (1989; 1992), Fraser (1990), Taylor (2006; 2010), Arendt (1958), Brighenti (2010) e Honneth (1995), demonstrando como o movimento punk incorpora os princípios de pluralidade, visibilidade e ação coletiva para se constituir enquanto arena de contestação cultural e transformação social.

3.1. O Punk e a Esfera Pública: Diálogo Com Habermas

O movimento punk pode ser interpretado como uma subversão do modelo normativo da esfera pública burguesa idealizado por Habermas (1989). Embora a esfera pública habermasiana tenha sido concebida como um espaço de deliberação racional-crítica, o punk rejeita esta estrutura ao privilegiar formas de expressão que transcendem os limites do debate argumentativo tradicional. *Performances* carregadas de energia, letras provocativas e uma estética radicalmente desafiadora (O'Hara, 1995) configuram o punk como um espaço público alternativo que opera fora das convenções de racionalidade comunicativa descritas por Habermas.

A racionalidade crítica, no entanto, não está ausente no punk. Pelo contrário, manifesta-se de forma implícita na denúncia de sistemas de opressão, como o capitalismo, a alienação social e o consumo massificado. A estética DIY, que caracteriza o movimento, constitui um exemplo prático desta crítica, promovendo a au-

tonomia criativa e rejeitando a comercialização cultural (O'Hara, 1995). Assim, o movimento punk desafia a esfera pública dominante ao expandir o conceito de deliberação pública, tradicionalmente ancorado no debate racional-crítico descrito por Habermas (1989), para formas de expressão que incorporam práticas estéticas, performativas e discursivas não convencionais. Tal como defende Fraser (1990), os contra-públicos subalternos criam arenas paralelas onde discursos alternativos circulam através de linguagens próprias, questionando a normatividade excludente da esfera pública burguesa. O punk exemplifica esta lógica ao mobilizar a estética DIY, a música agressiva, os fanzines e as *performances* como meios de articular crítica política e identitária fora dos moldes argumentativos clássicos. Para O'Hara (1995), o punk é uma filosofia de ação direta, uma forma de deliberação estética que recusa a passividade cultural. Assim, a deliberação no punk realiza-se não só pelo discurso racional, mas pela criação coletiva de sentidos que se manifestam no ruído, no grito e na fricção material, expandindo a compreensão da esfera pública para além dos seus limites formais.

Habermas (1992) reconheceu, em revisão posterior ao seu trabalho, que o ideal de uma esfera pública unificada era, na verdade, uma construção idealizada. O punk exemplifica esta fragmentação ao criar uma esfera pública paralela, que não só questiona a exclusividade do modelo burguês, mas também amplia os limites da participação política e cultural. Neste sentido, o punk pode ser compreendido como uma das muitas esferas públicas alternativas que emergem em resposta às limitações do modelo normativo de Habermas (1989).

3.2. O Punk Como Espaço Público Alternativo e Plural

Ao contrário do modelo homogêneo e unitário da esfera pública burguesa, Fraser (1990) propõe o conceito de contra-públicos subalternos, a fim de indicar que se trata de arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, permitindo-lhes construir interpretações críticas e opostas das suas próprias identidades, interesses e necessidades. O punk, enquanto movimento cultural, exemplifica esta ideia ao oferecer um espaço de articulação para jovens, mulheres e outros grupos marginalizados que enfrentam exclusões nas esferas públicas dominantes. Fraser (1990) argumenta que os contra-públicos subalternos não só protegem práticas discursivas divergentes, mas também servem como incubadoras de novas formas de pensamento. No caso do punk, estas práticas incluem música, fanzines e *performances*, que funcionam como ferramentas de visibilidade e resistência.

A pluralidade interna do punk é outro elemento que o aproxima do conceito de esferas públicas alternativas. Subculturas como o *hardcore*, o *crust punk* e o movimento *riot grrrl*, dentro do punk, ilustram a diversidade de narrativas que coexistem dentro do movimento, funcionando, para além de subgêneros musicais, como subcapítulos dedicados ao feminismo, ecologia, ocupação, entre outros (O'Hara, 1995; S. Thompson, 2004). Fraser (1990) enfatiza que esta pluralidade é essencial para contestar hegemonias, permitindo que múltiplas resistências se reforcem mutuamente, criando uma rede dinâmica de contestação.

Taylor (2006) acrescenta uma dimensão analítica ao discutir a relação entre os espaços tópicos e metatópicos no contexto das esferas públicas. Para Taylor (2006), os espaços tópicos são arenas localizadas — podemos colocar aqui os concertos punk e as redes comunitárias —, enquanto os metatópicos conectam estas práticas locais a uma rede mais ampla de circulação de ideias. No punk, esta dualidade é evidente nas conexões entre práticas locais e redes globais de resistência cultural, como festivais e digressões internacionais, que expandem o alcance e a influência do movimento.

Assim, o punk exemplifica a capacidade das esferas públicas alternativas para combinar resistências locais e globais, promovendo não apenas contestação política, mas também a criação de novos imaginários sociais. A sua pluralidade e capacidade de interligação revelam como as esferas públicas alternativas podem articular práticas locais e discursos globais, consolidando-se como espaços de transformação cultural e social.

3.3. Comunicação, Visibilidade e Reconhecimento no Punk

No pensamento de Arendt (1958), o espaço público constitui-se como o domínio da ação e do discurso, onde os indivíduos se tornam visíveis e revelam a sua singularidade. Esta dinâmica encontra um paralelo direto no movimento punk, cujas *performances*, concertos e produções culturais transcendem o mero entretenimento para se configurarem como atos políticos e manifestações identitárias. Arendt (1958) argumenta que “o espaço público é o lugar onde as pessoas se tornam visíveis umas para as outras e constroem um mundo comum” (p. 198). No palco punk, grupos historicamente marginalizados encontram uma plataforma para se expressarem, promovendo a visibilidade de identidades e narrativas frequentemente excluídas das esferas públicas dominantes. Sejam as pessoas *queerfeministas* a criar espaços seguros no *riot grrrl* e *queercore* (Schilt, 2004; Turner, 2001), sejam as pessoas afrodescendentes a encontrar um espaço de partilha e resistência no *afropunk* (Pritchard, 2017; Sánchez, 2012; A. Thompson, 2010).

Neste sentido, o punk, nas palavras de Guerra (2014), é um espaço que garante

de alguma forma, um abrigo contra a ansiedade, uma base de apoio para aqueles que de uma forma ou de outra, por uma razão ou outra, durante toda a sua vida ou apenas uma parte, se sentiram diferentes e deslocados. (p. 14)

A construção de visibilidade do punk, na esfera pública, opera de maneira a manifestar-se nos três regimes principais de Brighenti (2010): o reconhecimento, o controlo e o espetáculo. A visibilidade do reconhecimento é central para o punk, pois constitui o meio pelo qual identidades e narrativas marginalizadas são legitimadas no espaço público. A estética DIY, os fanzines e as letras provocativas das músicas punk não apenas oferecem meios de expressão, mas também reivindicam o direito à presença pública. Esta visibilidade atua como uma forma de contestação cultural e política, criando espaços onde identidades previamente invisíveis ganham ressonância e legitimação. No entanto, o punk também se insere na lógica da visibilidade do controlo, uma vez que, apesar de ser uma resistência à vigilância, também é alvo de monitorização e repressão por parte das instituições dominantes. Censura, repressão de eventos e apropriação comercial do movimento (Sánchez, 2012) são estratégias que evidenciam a tensão entre a autonomia do punk e as forças externas que procuram controlar a sua narrativa e impacto. Além disso, a visibilidade do espetáculo desempenha um papel fundamental, já que no punk o espetáculo não é meramente decorativo, mas uma ferramenta de comunicação política e social. Performances teatrais, estéticas chocantes e comportamentos provocativos são utilizados estrategicamente para capturar a atenção e criar impacto visual (O'Hara, 1995). Este regime de visibilidade, embora eficaz na sua capacidade de amplificar mensagens, também apresenta limitações ao simplificar narrativas complexas em representações visualmente apelativas.

Honneth (1995), na sua teoria da luta por reconhecimento, oferece uma abordagem complementar ao destacar como a visibilidade e o reconhecimento são condições indispensáveis para a inclusão social e a autorrealização. No punk, esta luta por reconhecimento manifesta-se através de movimentos específicos, como o *riot grrrl*, que aborda diretamente questões de género e identidade. Estes movimentos criam espaços de visibilidade e resistência, onde mulheres e outros grupos marginalizados podem articular as suas narrativas e reivindicar igualdade no espaço público.

Estas perspetivas permitem compreender o punk como uma arena onde a comunicação e a visibilidade são utilizadas não apenas para desafiar estruturas hegemónicas, mas também para construir novas formas de solidariedade e reconhecimento. Por meio de performances, fanzines, estética provocativa e ação cole-

tiva, o movimento punk não só questiona os limites da visibilidade impostos pelas normas dominantes, como também constrói um espaço público alternativo que promove a pluralidade e a inclusão. Este movimento ilustra, assim, como a comunicação e a visibilidade podem ser mobilizadas enquanto ferramentas de resistência e transformação social.

4. Conclusões

A presente análise posicionou o movimento punk como um paradigma de espaço público alternativo, explorando, sob uma lente teórica fundamentada nos contributos de Habermas (1989; 1992), Fraser (1990), Taylor (2006; 2010), Arendt (1958), Brighenti (2010) e Honneth (1995), as dinâmicas de pluralidade, visibilidade e reconhecimento que o configuram enquanto arena de contestação cultural e política.

A partir da primeira questão de partida — *de que forma o movimento punk pode ser compreendido como um espaço público alternativo à luz das teorias de Habermas, Fraser e Taylor?* —, foi possível identificar como o punk desafia os pressupostos normativos da esfera pública burguesa de Habermas, ampliando as possibilidades de participação e contestação política. Enquanto Habermas (1989) concebia a esfera pública como um espaço unificado de debate racional-crítico, o punk subverte este modelo ao incorporar práticas discursivas e estéticas não convencionais, criando uma arena inclusiva e plural. As contribuições de Fraser (1990) e Taylor (2006; 2010) reforçam esta análise ao destacar a importância das esferas

públicas alternativas na contestação de hegemonias e na articulação de resistências locais e globais.

No que concerne à segunda questão — *quais são as dinâmicas de pluralidade, visibilidade e reconhecimento que caracterizam o punk enquanto arena de contestação cultural e política?* —, verificou-se que o movimento punk se constitui como um espaço onde vozes historicamente marginalizadas encontram visibilidade e reconhecimento. A pluralidade interna do punk, evidenciada na coexistência de subgrupos como o *hardcore*, o *crust punk* e o movimento *riot grrrl*, exemplifica como esferas públicas alternativas podem abrigar múltiplas narrativas e resistências. Por sua vez, as teorias de Arendt (1958) e Brighenti (2010) permitiram explorar o papel da comunicação e da visibilidade no punk, que, por meio de performances, fanzines e estéticas provocativas, constrói um espaço público alternativo e desafia regimes de controlo. A perspectiva de Honneth (1995), centrada na luta por reconhecimento, foi igualmente crucial para compreender como o punk promove a inclusão e a dignidade de identidades marginalizadas.

Em síntese, o punk destaca-se enquanto exemplo significativo de um espaço público alternativo, onde práticas culturais e discursivas articulam resistências às normas hegemónicas e promovem novas formas de participação social. Contudo, o movimento enfrenta desafios, como a comercialização e as tensões internas, que colocam em risco a sua autenticidade e integridade. Apesar disso, a análise demonstra que o punk não só questiona estruturas de poder, mas também revela a importância das esferas públicas alternativas na construção de espaços inclusivos e emancipatórios.

Referências

- Arendt, H. (1958). *The human condition*. University of Chicago Press.
- Babo, I. (2002). Teoria do espaço público. In R. L. Maia (Eds.), *Dicionário de sociologia* (pp. 136-137). Porto Editora.
- Brighenti, A. M. (2010). *Visibility in social theory and social research*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9780230282056>
- Calhoun, C. (1992). Introduction: Habermas and the public sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 1–28). MIT Press.
- Dewey, J. (1929). *Experience and nature*. George Allen & Unwin.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56–80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Guerra, P. (2014). Punk, expectations, breaches and metamorphoses: Portugal 1977-2012. *Critical Arts*, 28(1), 111–122. <https://doi.org/10.1080/02560046.2014.883697>
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society* (1.ª ed.). MIT Press.
- Habermas, J. (1992). Preface. In J. Habermas, *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society* (Reprint ed.; pp. xv–xxvi). MIT Press.
- Honneth, A. (1995). *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts*. Polity Press.
- Jones, S. P. (2018). *A punk public sphere: The politicization of punk rock* [Tese de mestrado, San Diego State University]. SDSU Digital Collections. <https://digitalcollections.sdsu.edu/do/080ac391-87b0-4e02-8758-3ee7b7793936>
- O'Hara, C. (1995). *The philosophy of punk: More than noise!!*. AK Press.
- Pritchard, E. D. (2017). Grace Jones, afro punk, and other fierce provocations: An introduction to "Sartorial politics, interseccionalidade, and queer worldmaking." *QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking*, 4(3), 1–11. <https://doi.org/10.14321/qed.4.3.0001>
- Sánchez, R. R. (2012). From zines to MySpace: A case study of media infrastructures and counter-power in the Puerto Rican underground punk scene. *Journal of Latin American Communication Research*, 2(1), 37–60. <https://journal.pubalaic.org/index.php/jlacr/article/view/21>
- Schilt, K. (2004). "Riot Grrrl Is..." The constestation over meaning in a music scene. In A. Bennett & R. A. Peterson (Eds.), *Music scenes. Local, translocal and virtual* (pp. 115–123). Vanderbilt University Press.
- Taylor, C. (2006). *Imaginarios sociales modernos*. Paidós Ibérica.
- Taylor, C. (2010). *A esfera pública*. Lusosofia Press.
- Thompson, A. L. (2010). *From bad brains to afro-punk: An analysis of identity, consciousness, and liberation through punk rock from 1977-2010* [Tese de mestrado, Cornell University]. Cornell eCommons. <https://hdl.handle.net/1813/17623>
- Thompson, S. (2004). *Punk productions. Unfinished business*. State University of New York Press.
- Turner, C. (2001). *Everything you need to know about the Riot Grrrl movement. The feminism of a new generation*. Rosen Publishing Group.

Información adicional

redalyc-journal-id: 7747



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=774782605001>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Diana Choi Loureiro

O Punk Como Espaço Público Alternativo: Uma Análise Teórica

Punk as an Alternative Public Space: A Theoretical Analysis

El Punk Como Espacio Público Alternativo: Un Análisis Teórico

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025012, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação,
Portugal

diretorcomunicando@sopcom.pt

ISSN-E: 2182-4037

ISSN-L: 2182-4037

DOI: <https://doi.org/10.58050/comunicando.v14i2.446>



CC BY 4.0 LEGAL CODE

Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.